

ENCERRAMENTO

Governador Francisco de Assis Moraes Sousa
Ministro Pedro Malan
Governador Tasso Jereissati

Mestre de Cerimônias

Em nome dos Governadores que vieram até o Ceará nos prestigiar, falará o Governador do Estado do Piauí, Dr. Francisco de Assis Moraes Sousa.

Francisco Moraes

Não citarei nomes porque poderia esquecer alguns, o que, mesmo involuntariamente, seria imperdoável. Aprendi de Cícero e tenho que cumprir: nunca fale depois de um grande orador e eu vou falar depois de um grande orador, depois de um grande Governador, e talvez o maior homem do Nordeste do Brasil, Antônio Carlos Magalhães (palmas).

Mas, atendendo aqui à determinação do nosso companheiro Albano Franco, vamos representar os Governadores. Primeiro, representamos com tranquilidade, porque feliz da geração de Governadores deste Nordeste, que não precisa buscar os exemplos, que nós conhecemos, na história do mundo, e nem do Sul do País. Os grandes exemplos estão aqui: o grande Governador Antônio Carlos Magalhães e o grande Governador Tasso Jereissati (palmas). Permita-me, Judith Tendler - sei do privilégio de o Ministro Malan conhecê-la há mais tempo - mas permita-me conhecer a história do Ceará como poucos, pois tive o privilégio de aqui estudar e conheço a história do Ceará, a valentia da gente do Ceará, então eu sei a grandeza do Ceará - e permita-me dizer que o Ceará, hoje respeitado, deve muito, muito, ao Governador Tasso Jereissati. E os cearenses todos foram beneficiados no Nordeste.

Até eu, principalmente eu, confesso aqui. Candidato ao Governo do meu Estado, Piauí, o Estado diferente do Nordeste, numa eleição muito difícil - éramos três prefeitos contra 145; nenhum canal de televisão contra cinco; um jornal contra nove; três emissoras contra cinquenta e sete; nenhum senador contra três (risos) - aproveitei essa história para meter na cuca do piauiense: "olha, no Ceará houve uma mudança, mudaram as lideranças e melhorou" (risos). "O Ceará", eu dizia, "o Ceará era cinco vezes mais rico do que o Piauí, mudou com Tasso Jereissati e hoje é 20 vezes mais rico" (risos). Aí deu no que deu. Mas estamos aqui e que eu quero dizer porque é que o Ceará é um exemplo.

Estivemos recentemente na Bahia, na residência do Governador Paulo Souto, diante do Presidente do Banco Mundial, e eu vi o Governador Tasso Jereissati traduzir toda a história da grandeza do Ceará numa preocupação. A grandeza do Ceará está na grandeza identificada por qualquer interpretador, qualquer pesquisador que estude um povo que se desenvolveu: é a educação. Educação, como dizia Einstein, é tudo que fica depois que a gente esquece o que aprende nas escolas. E o que fica é a disciplina, é o pensar, é o exemplo, é o trabalho.

O Ceará se desenvolveu porque teve boas escolas e boas universidades. Este é o fato. E o estadista Tasso Jereissati alertava o Presidente do Banco Mundial para a realidade da educação. Lá eu ouvia atentamente, e ele dizia ao Presidente do Banco Mundial que a grande preocupação de todos nós governantes - e falava por todos nós, Governadores do Nordeste - era com a professora, a do município que ganha mal, que ganha muito mal, que ganha um terço, um quarto do salário mínimo.

Se conseguíssemos buscar condições, através das linhas de crédito como o Banco Mundial, talvez chégássemos até essa professora no município e lhe garantíssemos o mínimo. Essa preocupação - depois fiz uma reflexão - é o nosso mais grave problema. Porque os nossos professores estão ganhando tão mal, que o que ocorre hoje no vestibular - eu estava a meditar, depois das palavras de Jereissati - é que os mais iluminados, os mais capacitados, os mais dotados vão buscar as profissões mais rendosas. Talvez fiscal de renda - o do Piauí quer ganhar vinte mil reais -, Procurador do Estado, para ganhar 21 mil reais, coronel da Polícia, ou então engenheiro, médico, mas nunca professor. Então vão abraçar a classe os menos dotados e cada vez mais a realidade será essa. Se não resolvermos esse problema fundamental, cada vez mais vamos ter professores ensinando o que não sabem e aí nós não vamos ter desenvolvimento.

Então, esta é a nossa mensagem. O funcionário público é o melhor possível, quem diz isso é um que foi Prefeito da sua cidade e pode hoje dizer que nós somos o cidadão brasileiro que teve mais votos em sua cidade. Venci as eleições e tive, na cidade que governei, 93,84% dos votos. E posso dizer que convivi com o funcionário público: ele é muito bom. Quer traba-

lhar, mas só precisa de uma coisa, ele só quer uma coisa: justiça, que sejamos justos. Este é o pão que mais os nordestinos precisam: é de justiça.

O que mais acaba o serviço público é ver privilegiados ganhando demais, outros trabalhando e ganhando de menos e outros que nem trabalham e ganham. Isso é injustiça. Administrar é fácil e se torna muito mais fácil quando nós temos exemplos que não ficarão em vão, ficarão na nossa mente, como Antônio Carlos Magalhães e Tasso Jereissati.

Nossas últimas palavras são dirigidas àquele que é maior que os Governadores que citamos. A Deus. Deus, abençoe o Banco do Nordeste a continuar desenvolvendo a nossa amada Região. Sejam fortes, e bravos, e felizes.

Mestre de Cerimônias

Com a palavra, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Malan.

Pedro Malan

Boa tarde, é uma enorme satisfação para mim estar aqui nesta cidade tão querida, nesta região tão agradável, na presença de tantos amigos.

Eu vou pedir desculpas às tão expressivas lideranças políticas de projeção nacional presentes aqui à mesa e no auditório por não citá-las individualmente, mas queria registrar aqui não só o meu apreço por essa excepcional safra de Governadores eleitos no ano passado - terei algo a dizer um pouco mais sobre essa questão da gestão da coisa pública, a nível estadual e regional um pouquinho adiante - mas também eu não gostaria de deixar passar a oportunidade para, mais uma vez, prestar uma homenagem, através dos parlamentares aqui presentes, ao Congresso Nacional, pela ação decidida que mostrou no primeiro semestre de 95, e renovar aqui o meu apelo para que o mesmo empenho, dedicação, espírito público, tirocínio e visão de longo prazo, que marcaram as votações do Congresso nesse primeiro semestre, possam ter continuidade no segundo semestre de 95 e 96, 97 e 98,

porque já o disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso, este será um governo de quatro anos, agora três anos e meio, de reformas que são impensáveis sem a colaboração ativa do Congresso Nacional e dos Governadores.

Eu estava devendo ao Banco do Nordeste do Brasil, uma instituição pela qual tenho um longo respeito e admiração, ao Dr. Byron Queiroz, seu Presidente, à sua Diretoria, uma visita; era minha intenção comparecer, na primeira semana de março deste ano, à posse da Diretoria. Não o fiz porque a primeira semana de março de 95 foi uma semana um tanto quanto conturbada internacionalmente, devido a notícias de crises na Argentina e no México e uma grande queda do dólar em relação ao yen e ao marco alemão. E foi a semana em que fizemos uma primeira mudança na chamada banda cambial.

Devo registrar aqui que a segunda mudança, feita recentemente, foi encarada com enorme tranqüilidade e maturidade pelo mercado, pela opinião pública, pela imprensa. Acho um sinal extremamente positivo acerca do nosso caminhar na direção de um entendimento do regime cambial que mais convém ao País, em outras dimensões também.

Há um mês, compareci à reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, onde tive oportunidade de expor como via a chamada questão do Nordeste. Não vou repeti-lo aqui. Quero apenas enfatizar o que me parece essencial, e acho que já foi dito aqui, de uma forma ou de outra, e também foi dito lá por vários Governadores que estão aqui presentes.

É impensável o desenvolvimento econômico e social do Brasil sem o desenvolvimento econômico e social do Nordeste. Acho também que existe uma grande convergência - não diria unanimidade porque Nelson Rodrigues já o disse bem, "toda unanimidade é burra" - uma convergência significativa no sentido de que é importante perceber o chamado problema do Nordeste ou o problema regional como parte integrante de um problema nacional mais amplo.

Tive oportunidade, naquela ocasião, de expressar a minha homenagem a Celso Furtado, um economista brasileiro que, como poucos, desde o início, foi capaz - e sempre o fez, na verdade - de pensar o Nordeste no Brasil, o

Brasil no mundo, as interações da economia nordestina com a economia brasileira, as interações da economia brasileira com a economia mundial e sempre trabalhar a dialética dessas interações de uma maneira extremamente criativa.

Eu acho que o pensamento econômico e social do Nordeste tem conseguido manter esta, digamos, preocupação e acho que o Banco do Nordeste do Brasil é uma instituição que tem um papel fundamental a desempenhar como centro de excelência em termos de pensar sobre problemas de desenvolvimento econômico e social do Brasil. É claro que é um banco, deve ser um banco, aliás um banco respeitável - hoje é o segundo maior banco agrícola do Brasil, em termos de empréstimos à agricultura - é um banco que desempenhou, desempenha e continuará desempenhando um papel importante na vida da Região, como prestador, mas também deve continuar desempenhando um papel importante como pensar sobre a evolução da situação do Nordeste.

E vi aqui a magnífica exposição da minha velha amiga Judith Tendler, que tem como poucas a capacidade de dar uma dimensão humana de como é possível, ao nível do trabalho efetivo da gestão da coisa pública, da implementação de programas em níveis mais desagregados, caminhar nessa direção.

Quero falar um pouco mais sobre questões mais amplas, mas só um comentário sobre a questão de bancos, já que esta é uma cerimônia comemorativa dos 43 anos do Banco do Nordeste.

Desde 1993, ainda na Presidência do Banco Central, vínhamos dizendo, em toda e qualquer oportunidade, que em algum momento de 94 nós faríamos uma aposta firme contra a inflação e que os bancos todos, sem exceção, públicos, estaduais e federais, e privados perderiam uma parcela ponderável das suas receitas inflacionárias e que portanto o ajuste seria inevitável.

Era inimaginável pensar, e a experiência agora está demonstrando, que um país pudesse passar de uma taxa de inflação de 5.000% ao ano, que foi a que tivemos entre julho de 93 e junho de 94, caminhando para mais de

7.000%, que é o que teríamos no ano passado se o 2º semestre fosse equivalente ao 1º semestre, para as taxas de inflação que estamos hoje, pouco mais de 2% ao mês, de uma maneira que absolutamente não levasse a nenhuma implicação para a estrutura e o modo de funcionamento do nosso sistema financeiro.

Isso se aplica a todos - o Banco do Nordeste não será exceção a essa regra - e é com satisfação que eu vejo a determinação com que o Dr. Byron e a sua Diretoria, desde o início, tomaram consciência das implicações dessa inevitável reestruturação.

Vejo também, com satisfação, como se espraia a percepção, em Brasília, junto a várias instâncias de Governo, de que existem sim, o Senador tem razão, existem transferências e subsídios. Disseram-me que o Dr. Ângelo Calmon de Sá fez, como de hábito, uma magistral exposição hoje pela manhã, mostrando que os Estados Unidos fizeram um programa especial para o Vale do Tennessee - o Tennessee Valley Authority - já lá se vão algumas décadas. Os italianos tinham programas destinados a evitar um desequilíbrio regional entre o Sul mais pobre e o Norte mais rico, industrializado. A própria Comunidade Econômica Européia, hoje, tem transferência de renda para países mais pobres do Mediterrâneo, em relação aos países mais ricos do Norte da Europa. É sabido que isso existe e faz parte do processo de desenvolvimento nacional e regional e o Brasil não é e não será exceção a essa regra.

Mas nessa questão, como na área de agricultura, como qualquer outro tipo de subsídio, nós estamos insistindo e continuaremos a fazê-lo. A forma adequada de fazê-lo é de maneira transparente, passando pelo Congresso Nacional, com recursos fiscais e orçamentários, de modo que o conjunto da coletividade saiba exatamente quanto custa e para onde estão se dirigindo os subsídios envolvidos, ou transferências ou o que seja.

É fundamental, a nosso ver, e faz parte do processo de construção da democracia entre nós, que essa transparência lá esteja com recursos fiscais orçamentários transparentes, aprovados pelo Congresso, portanto uma decisão da sociedade em seu conjunto. E não aquele tipo de subsídio que tivemos com frequência no passado, que é subreptício, que aparece através de

um acordo de bastidores, que esse não tem a mesma característica do anterior. Isso se aplica, inclusive, a descasamentos entre taxas de captação e taxas de aplicação. Instituição financeira que capta a uma determinada taxa e aplica a uma determinada taxa menor, está com um problema que, no fundo no fundo, de uma forma ou de outra, em algum momento, a sociedade é que terá de pagar. É melhor, então, que a sociedade o faça reconhecendo que ali tem um subsídio, que alguém terá de pagar e que esse subsídio idealmente deveria ser pago com recursos orçamentários claramente identificados como tal, de maneira transparente para a sociedade em seu conjunto.

Estou seguro que o Banco do Nordeste do Brasil, com a sua história, com a sua tradição, com a qualidade e o profissionalismo do seu corpo técnico, ao qual eu quero render aqui de público também o meu reconhecimento - conheço vários, conheci alguns hoje quando cheguei, velhos amigos que há anos emprestaram sua contribuição ao Banco - estou seguro que ele tem um papel chave a desempenhar neste processo de mudança, porque, como já foi dito por alguns que me antecederam, o fato é que o Brasil mudou, o Brasil está mudando, e o Brasil mudará. O Nordeste mudou, o Nordeste está mudando, e o Nordeste mudará. Os Estados do Nordeste também mudaram, estão mudando e mudarão.

Estou convicto disso porque tive o prazer, ao longo dos últimos meses, de estabelecer contatos e conversas pessoais com praticamente todos os Governadores. E volto a dizer: acho que é uma excepcional safra essa que tivemos, no sentido de um profundo reconhecimento pragmático da natureza dos desafios a enfrentar, uma seriedade na busca de uma gestão mais eficaz da coisa pública e uma percepção, que eu acho que é extremamente positiva, para o desenvolvimento, não só econômico e social, mas da democracia entre nós. Uma percepção, às vezes, baseada nas experiências bem sucedidas já feitas, de que é possível, sim, gerir de forma eficaz a coisa pública; e o que é mais importante é que o povo reconhece tal coisa, o povo reconhece a seriedade, reconhece a dedicação, respeita. Isso que a Judith falou de que as pessoas sentem o respeito, a dedicação tem um efeito sobre a maneira pela qual as pessoas se relacionam com o seu mundo do trabalho. Acho que isto está crescentemente sendo percebido e é esta uma das razões de que deriva minha confiança no futuro.

Gostaria de fazer um comentário sobre a questão de recursos para a Região e a idéia de que o Nordeste nem sempre recebe a atenção que deveria ou que mereceria.

Acho que normalmente se associa isso à idéia do volume de recursos, através de transferências ou projetos, que são canalizados a uma determinada região. Essa é uma discussão, em última análise, política, que precisa ter uma clara passagem pelo Congresso Nacional e tem a ver com a transparência a que me referi anteriormente.

Mas existem duas outras dimensões que vão além da questão do volume de recursos. Uma delas é a questão da eficácia e da eficiência com que os recursos são utilizados: eficácia e eficiência na gestão da coisa pública.

A outra são as prioridades envolvidas. Vários aqui mencionaram a prioridade que deve ser concedida, por exemplo, e é fundamental isso, à educação, à saúde, à melhoria do capital humano da Região, que já é excelente mas pode e deve ser melhorado, ou ao turismo. Mas o fato é que é necessário haver a definição clara das prioridades e não há maneira de fazê-lo de Brasília. É função de cada Estado defini-las e gerir os recursos que existam de forma mais eficaz, obviamente sem perder aquilo que todo e qualquer político, em qualquer parte do mundo, tenta fazer, que é obter volume de recursos adicional àquele que dispunha no momento em que iniciou a sua administração. Isso faz parte do jogo democrático e é assim que deve ser.

Eu não queria me estender em demasia. Queria concluir dizendo, mais uma vez, que ouvi com enorme atenção o relato que a Judith Tendler nos fez sobre o processo de mudança. Nós sempre pensamos em processo de mudanças nos níveis mais altos do Governo Federal, estadual e municipal, mas são pessoas muito reais que são capazes de fazer essa mudança em instâncias mais específicas. E acho que isso que vem ocorrendo no Nordeste faz parte daquele processo de mudança a que me referi anteriormente, que é irreversível.

Mencionei na SUDENE que minha primeira visita ao Nordeste, o meu primeiro trabalho profissional, na verdade, foi muito estimulado por um

trabalho que havia sido feito por um dos maiores cientistas sociais desse século, que se chama Albert Hirschman - do qual a Judith é uma das mais brilhantes discípulas - que fazia àquela época um trabalho sobre o Artigo 34/18, que era uma forma de procurar estimular o investimento, a industrialização do Nordeste. A Bahia utilizou com competência parte do arcabouço do Artigo 34/18.

O fato é que minha primeira atividade profissional, lá já se vão quase 30 anos, foi sobre problemas de desenvolvimento regional e uma análise das implicações, perspectivas e possibilidades do 34/18. Eu já vim várias vezes ao Nordeste; naquela ocasião fiz uma viagem que me levou de Salvador até Fortaleza de carro, pelo interior da Região. E vejo o Nordeste de hoje. É uma enorme modificação; um enorme progresso foi alcançado. É claro que existem enormes desafios, existem problemas sérios a enfrentar, mas acho que o que foi feito no passado, em particular a percepção que têm hoje os atuais responsáveis pelo nível executivo da Região, só me dá confiança no futuro, sem desconhecer os problemas que existem para enfrentar.

Acabei falando muito mais do que pretendia, um improviso pelo qual eu peço desculpas a todos, mas quero lhes assegurar que as portas do Ministério da Fazenda, acho que todos aqui poderão confirmar isso, estavam, estão e continuarão abertas para conversas. O cofre é com o Murilo Portugal, que por alguma razão não foi convidado a participar da festa de hoje (risos).

Mas nós estamos e estaremos abertos à continuidade desse diálogo, em Brasília, aqui em Fortaleza e em qualquer outra Capital do Nordeste. Queria agradecer a presença de todos, a atenção com que me ouviram e desejar os melhores votos de sucesso para os próximos 43 anos do Banco do Nordeste do Brasil. Muito obrigado a todos.

Mestre de Cerimônias

Com a palavra, o Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, Dr. Tasso Jereissati.

Tasso Jereissati

Como já fui muito bem representado pelo Governador do Piauí, ao falar em nome dos Governadores, cabe-me apenas como Governador anfitrião encerrar esta sessão, com a preocupação, já que pela primeira vez na vida o Ceará é mais falado do que a Bahia, de receber outro carão do Senador Antônio Carlos Magalhães.

Ao encerrar este Fórum, parablenizo o Presidente Byron Queiroz por essa iniciativa, pois ela significa para todos nós uma tentativa de rediscussão não apenas da instituição, do papel da instituição Banco do Nordeste na construção do novo futuro do Nordeste, mas também é a própria tentativa de se discutir o novo modelo para a Região.

E quando eu digo novo modelo é porque nós vivemos realmente um momento novo e diferente na história do Nordeste e do relacionamento entre o Nordeste e o Governo Federal. Historicamente, o Governo Federal se dirigia aos estados nordestinos como Estados perdulários, que gastavam mais do que deviam e que tinham na prática do clientelismo a sua principal arma e ferramenta política.

Os recursos, por melhores que fossem, eram desperdiçados, mal empregados, e a corrupção, por que não dizer, fez parte durante muito tempo dessa discussão e desse relacionamento entre o Nordeste e o Governo Federal.

Hoje há uma mudança qualitativa a que muito bem se referiram o Senador Antônio Carlos Magalhães e o Governador Moraes de Sousa, o nosso Mão Santa, do Piauí. Hoje a situação é absolutamente diferente. Nós fizemos o nosso papel. Todos nós do Nordeste fizemos o nosso papel. É difícil falar de algum estado do Nordeste que ainda não tenha resolvido, ou esteja em processo duro, sem nenhum tipo de apoio de entidades federais, de resolver o seu problema fiscal e fazer no fundo a sua própria reforma do Estado.

Portanto, quando nós agora nos apresentamos diante do Brasil, queremos não pedir ajuda do Governo Federal, mas discutir, de igual para igual, com o resto do País, qual o verdadeiro papel do Nordeste no desenvolvimento nacional. (palmas) Existe entre nós todos uma verdadeira e uma genuína

preocupação com o Mercosul. Não significa que não exista o apoio total e o aplauso total nosso em relação ao acordo do Mercosul, pelo contrário, a nossa postura é a de que tudo o que é bom para o País, tudo aquilo que serve ao País, não importa para que região esteja indo, é bom para nós também.

No entanto, fica bastante claro, é bastante fácil de se observar que, hoje, no projeto de desenvolvimento, principalmente industrial e agrícola do País, existe uma certa tendência a uma nova concentração que independe novamente do esforço que cada um dos estados esteja fazendo, por si próprios, inclusive na busca de alternativas para construção de seu próprio futuro. O que acontece - eu sou testemunha disso, já conversei com outros Governadores aqui sobre esse assunto - é que, quando nós procuramos investidores, fazemos contato com investidores no sentido de que venham visitar, venham investir na nossa Região, é evidente que a tendência de 99% desses investidores hoje é de investir no mercado que fica entre São Paulo e Buenos Aires e não no mercado distante desse que se promove hoje.

Devemos começar - e tenho sido cobrado por isso, nós, eu e outros Governadores - a discutir internamente sobre esse assunto. Este Fórum é uma iniciativa no sentido de começar a projetar nosso papel nesse projeto de desenvolvimento, dentro dessa nova realidade brasileira, ou nós vamos ter novamente um novo processo de concentração em cima daquilo que já é concentrado.

E agora não mais por culpa dos políticos nordestinos, não mais por culpa do clientelismo, da preguiça ou de qualquer outro mito que se fez em torno da Região Nordeste, mas por culpa de uma visão, ou omissa ou equivocada, do processo de desenvolvimento.

Senhor Ministro, o recado que eu queria deixar é o recado que todos aqui deram e falaram por nós. Nós estamos prontos, nós já fizemos a nossa parte, nós já fizemos o nosso papel, nós fizemos a reforma do Estado. Não tem mais ninguém aqui de cabeça baixa, como antigamente, de mão estendida, pedindo esmola. Nós agora queremos, de igual para igual, fazer parte do desenvolvimento nacional. Muito obrigado.